



ANEXO II

CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DA PROCURADORIA-GERAL DA
FAZENDA NACIONAL - CEAE/PGFN
Tel: (61) 3412-2840 - E-mail: escola.df.pgfn@pgfn.gov.br e apoio.espgfn@pgfn.gov.br

REQUERIMENTO DE CAPACITAÇÃO

DADOS DO SERVIDOR			
1. Nome:	2. CPF:	3. Matrícula SIAPE:	
4. Cargo Efetivo:	5. Data de admissão:	6. Função:	
7. Unidade de Lotação:	8. Unidade de Exercício:		
9. Telefone:	10. Fax:	11. Endereço Eletrônico:	
12. Formação superior:			
IDENTIFICAÇÃO DA CAPACITAÇÃO			
13. Nome:	14. Modalidade:		
15. Instituição de ensino:			
16. Endereço:	17. Bairro:	18. Cidade:	19. UF:
20. CEP:	21. DDD:	22. Telefone:	23. Endereço Eletrônico:
24. CNPJ:	25. Nº da inscrição estadual:		
26. Valor do Curso R\$:			
27. Início:	28. Término:	29. Horário:	30. Carga horária:

REQUERIMENTO DE CAPACITAÇÃO

JUSTIFICATIVA DO SERVIDOR (Campo Obrigatório)
Pertinência do evento com a atividade atual (Campo Obrigatório)

REQUISITOS DO SERVIDOR

a) Possui lotação e exercício em unidade da PGFN nos últimos 24 meses?	Sim () Não ()
b) Possui mais de 25 anos (para mulheres) e 30 anos (para homens) de serviço público averbado?	Sim () Não ()
c) Sofreu penalidades administrativas nos últimos 12 meses?	Sim () Não ()
d) Usufruiu licença incentivada sem remuneração ou para tratar de interesses particulares, nos cinco anos anteriores à data da formulação do pedido?	Sim () Não ()
e) Descumpriu regra de anterior processo seletivo para concessão de bolsas de pós-graduação lato sensu	Sim () Não ()

REQUISITOS DA INSTITUIÇÃO

a) Há correlação entre os programas de estudo a serem desenvolvidos no curso e as áreas de atuação da PGFN?	Sim () Não ()
b) Existe vinculação direta entre a monografia ou trabalho de conclusão do curso, se houver, e as atribuições da PGFN?	Sim () Não ()
c) A instituição promotora responsável pelo programa é credenciada pelo Ministério da Educação - MEC?	Sim () Não ()
d) O preço total do curso é compatível com o valor que vem sendo praticado no mercado?	Sim () Não ()

e) A instituição e o curso pretendido são voltados também à preparação para concursos públicos?	Sim () Não ()
---	-----------------

f) O curso pretendido possui carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas?	Sim () Não ()
--	-----------------

g) A instituição promotora responsável pelo programa está regular no SICAF ?	Sim () Não ()
--	-----------------

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

a) Possui estágio confirmatório no cargo?	Sim () Não ()
---	-----------------

b) Possui título de especialista, pós-graduação lato sensu, mestrado ou doutorado?	Sim () Não ()
--	-----------------

c) Datas de posse e exercício	
-------------------------------	--

d) Exerce função comissionada, cargo ou encargo na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Sim () Não ()
Especificar qual:	

e) Tempo de lotação na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	
Especificar a unidade:	

f) Tempo de serviço público federal	
Especificar órgão para o qual trabalhou:	

Pelo presente manifesto meu interesse em participar do curso de pós-graduação acima identificado.

Comprometo-me a ressarcir à Administração os recursos públicos despendidos com a presente ação, nos termos da portaria que regula o programa de pós-graduação lato sensu, e, especialmente, nas hipóteses de: a) deixar de enviar ao CEAE comprovante de aproveitamento ou certificado de participação fornecido pela entidade promotora e um exemplar do trabalho ou produto produzido em eventos de capacitação; b) ausência superior a 30%, não-participação ou obtenção de baixo grau de aproveitamento no curso; c) deixar de integrar o quadro funcional da PGFN durante a referida ação ou, após o encerramento da mesma, por igual período.

Declaro que conheço os termos desta Portaria e que me comprometo a cumprir todas as exigências nela estabelecidas, bem como dos ditames previstos no Decreto n.º 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 e Portaria n.º 257, de 23 de junho de 2009.

Local/Data	Assinatura do servidor
------------	------------------------

CONCORDÂNCIA DO DIRETOR ESTADUAL
(Campo obrigatório, nos estados em que há representação do CEAE)

Local/Data	Assinatura do Diretor Estadual do CEAE
------------	--

A falta do carimbo ou de informação de dados pessoais implica em não aceitação da inscrição.

PARECER DA CHEFIA IMEDIATA (Campo Obrigatório)
(QUANTO AO DESEMPENHO DAS TAREFAS, APTIDÃO PARA ESTUDO E PESQUISA E APLICABILIDADE DOS CONHECIMENTOS PARA A ÁREA DE ATUAÇÃO)

Local/Data	Assinatura da Chefia Imediata
------------	-------------------------------

A falta do carimbo ou de informação de dados pessoais implica em não aceitação da inscrição.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
NA PARAIBA
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA
NACIONAL EM CAMPINA GRANDEATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,
DE 17 DE MARÇO DE 2010

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM CAMPINA GRANDE NA PARAIBA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº

10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com o seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a existência de saldo devedor equivalente a, pelo menos, três parcelas consecutivas do Paes.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-Seccional da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Campina Grande -

Paraíba, na rua Capitão João Alves de Lira, nº 1117, bairro da prata, Campina Grande - PB.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE SABÓIA XAVIER

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes). Saldo devedor equivalente a, pelo menos, três parcelas do Paes. Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

CNPJ nº	CONTRIBUINTE
08.957.284/0001-10	ISFEL INDUSTRIA SERRALHEIRA R S FREIRE LTDA
10.951.481/0001-74	INDUSTRIA E COMERCIO DE CALÇADOS HAWAI LTDA